

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.946 - RS (2019/0300457-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JAIME ABEG (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JAIME ABEG contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Agravos em Execução n. 0177232-28.2019.8.21.7000).

Consta dos autos que o Juiz da execução deferiu ao paciente a progressão ao regime semiaberto.

Inconformado, o Ministério Público interpôs agravo em execução perante a Corte estadual. O recurso, então, foi provido, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 364):

AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197, DA LEP). PROGRESSÃO DE REGIME AO SEMIABERTO. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL. Trata-se de irresignação ministerial com a progressão de regime concedida, baseada no argumento de que inadimplido o requisito subjetivo exigido para a concessão da benesse, o que prospera.

É que, de fato, das Informações contidas nos autos e extraídas da Gula de Execução Penal atualizada do réu, pode-se constatar que o mesmo, em verdade, não apresenta aptidão para ser beneficiado com a sua colocação em regime mais brando.

Isso porque, além de registrar diversas intercorrências ao longo da execução de sua pena (quatro fugas e sete novas condenações), existe Informação dando conta de que o apenado responde a outras duas ações penais por delitos, em tese, recentemente cometidos (anos de 2017 e 2018), sendo apurada a sua participação como mandante dos mesmos, assim atuando mesmo estando recolhido ao sistema prisional, o que demonstra

Superior Tribunal de Justiça

o seu desmerecimento ao benefício que lhe foi concedido.

Assim sendo, tendo demonstrado não fazer Jus ao benefício, nada mais resta a fazer senão cassar a progressão concedida.

AGRAVO PROVIDO.

No presente *writ*, a Defensoria Pública alega que o paciente satisfaz o requisito temporal para promoção ao regime semiaberto em 16/4/2019.

Destaca ser importante ao paciente uma oportunidade de convívio gradual com a sociedade, sobretudo nesse contexto atual de falência do sistema prisional.

Nesse sentido, pede, em liminar e no mérito, a cassação do acórdão coator.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

